



Anais da Assembléia

Nº 63

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE JUNHO DE 1983

ANO IX

RESOLUÇÃO Nº 31/83

DATA: 31 de maio de 1983
SÚMULA: Fica denominado "PLENÁRIO DEPUTADO WALDEMAR DAROS", o atual recinto onde se realizam as sessões plenárias desta Assembléia Legislativa.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica denominado "PLENÁRIO DEPUTADO WALDEMAR DAROS", o atual recinto onde se realizam as sessões plenárias desta Assembléia Legislativa.

Art. 2º — Aprovada esta Resolução, a Comissão Executiva determinará, dentro de 30 (trinta) dias, a confecção de placa indicativa desta designação.

Art. 3º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31/05/83
Trajano Bastos
Presidente

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 57ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 1983. QUARTA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Srs. Deputados Erondy Silvério e Acir Mezzadri.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irandi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Squarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pércles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte (57).
Achando-se em licença o Sr. Deputado Wilson Fortes. (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de

Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER regime de urgência para a tramitação da Proposição nº 66/83, que assegura a partir de 1º-07-83, dos benefícios estabelecidos na Resolução nº 2/64, aos funcionários deste Poder.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1983.

(a) Nestor Baptista.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Professor Emílio Uba, ocorrido ontem nesta Capital.

Outrossim, solicita que da decisão da Mesa, seja dado ciência à família enlutada, através do endereço abaixo.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1983.

(a) Eduardo Baggio.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Juventino Beraldi, ocorrido na cidade de Mandaguaçu, neste Estado.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1983.

(a) Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva prestar uma justa homenagem a um dos mais eminentes pioneiros do Município de Mandaguaçu.

Exemplar chefe de família, Vereador por três legislaturas consecutivas, sempre preocupado em buscar subsídios para solução dos problemas sociais dos mais carentes de sua comunidade, o extinto honrou a sua existência marcada pelo trabalho e honradez.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da construção de um prédio para sediar a coordenadoria regional do Mobral, na cidade de Peabiru.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1983.

(a) Rubens Bueno.

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa do ilustre Vereador Olávio Silveira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Peabiru, essa medida visa dar maior amplitude ao Movimento Brasileiro de Alfabetização na cidade de Peabiru, onde possui um grande número de alunos que freqüentam aquela modalidade de ensino.

Sem um prédio próprio para a coordenadoria regional, onde possa organizar as suas atividades e atender os reclamos das cidades circunvizinhas subordinadas àquela coordenadoria, fica a mesma a mercê da boa vontade da comunidade e do Poder Público Municipal, sem condições de dar um atendimento adequado.

Cremos no acolhimento do presente requerimento uma vez que o mesmo visa atender uma classe de pessoas que sonham com um nível cultural mais compatível.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária da Educação, no sentido da aquisição de um ônibus, para transporte de escolares do Município de Iretama.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1983.

(a) Rubens Bueno.

JUSTIFICATIVA:

Tal medida é a reiteração de pedido já formulado pelo ilustre Prefeito de Iretama, Sr. Humberto Gomes Martins, e torna-se urgente tendo em vista que a quase totalidade da população educacional do município concentra-se na zona rural, uma vez que o município é essencialmente agrícola.

Assim é que o município para evitar que os filhos de seus munícipes fiquem sem freqüentar as salas de aulas, aloca veículos, na sua maioria Kombi, para transportar os alunos das zonas rurais para Iretama e outras cidades.

Cremos ser da responsabilidade não só do município mas, principalmente do Estado, dar condições adequadas à população estudantil de freqüentar as salas de aula. No caso de Iretama, para alcançar tal objetivo, torna-se necessária urgente aquisição de um ônibus para o transporte dos escolares.

Pelo aqui exposto e mais pelo que já foi solicitado pelo Prefeito daquela comuna, solicitamos um criterioso estudo para viabilizar tal pedido.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, solicitando a instalação de um módulo policial perto da escola Benedito João Cordeiro, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1983.

(a) Amélia Hruschka.

JUSTIFICATIVA:

O colégio em tela conta atualmente com mais de 1.900 alunos nos diversos períodos, isto é, de manhã, à tarde e à noite, mas infelizmente não conta com a segurança devida não só na escola mas, também em toda a comunidade que hoje conta aproximadamente com mais de 20.000 pessoas, daí a necessidade urgente e premente de se instalar ali um módulo policial para que aquela comunidade possa estar tranqüila.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Educação, solicitando a instalação de classe especial para deficientes na Escola João Cordeiro, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1983.

(a) Amélia Hruschka.

JUSTIFICATIVA:

A escola em referência conta atualmente com mais de 1.900 alunos e dentre eles muitos têm sérias deficiências de todas as ordens, daí a necessidade de se instalar ali urgentemente uma sala de educação especial para atender a clientela necessitada.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Educação do Estado, solicitando estudos para imediata instalação de ensino de 1.º grau de 5ª a 8ª séries e o segundo grau e conta a mesma escola com mais de 1.900 alunos, mas a comunidade se vê privada até o presente momento de escola de 1ª a 4ª séries e também do ensino de jardim de infância e pré-primário. Trata-se pois, de se complementar uma necessidade em um local desta cidade de grande densidade demográfica e que tem que deslocar os seus filhos pequeninos em distâncias incompatíveis pela sua idade. Justa é pois a reivindicação de toda a comunidade que quer realmente ver seus filhos estudando com segurança, inclusive quanto à sua locomoção, vindo então a estudar perto de suas residências.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido na ata dos trabalhos legislativos, um voto de solidariedade aos funcionários públicos federais do Estado do Paraná, que hoje paralisaram seus serviços a fim de alcançar êxito em suas justas reivindicações. Requer, ainda, que se dê ciência deste à Associação dos Funcionários Cíveis da União.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1983.

(a) Amélia Hruschka.

JUSTIFICATIVA:

Encontra-se hoje em nosso Estado, Paralisados milhares de funcionários federais, lotados no Inamps, Iapas, INPS, Hospital das Clínicas, Escola Técnica e Universidade Federal, os quais lutam por melhores dias para toda a sua classe. Historiar-se aqui o sofrimento de toda a classe trabalhadora é desnecessário, e os funcionários públicos federais passam também por dias angustiantes e hoje tentam, através da solução extrema, alcançarem o seu objetivo, que é:

1) Reajuste Semestral; 2) Reposição Salarial de 70% em maio de 1983; 3) 13º Salário; 4) direito à sindicalização e remessa de novo Estatuto ao Congresso Nacional. Nada mais justas estas reivindicações, daí a nossa solidariedade.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Doutor Deni Lineu Schwartz, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando-lhe providências urgentes no sentido de realizar as obras de pavimentação asfáltica no trecho da rodovia que liga Santo Antônio do Sudoeste à Barracão, dando-se ciência deste requerimento à Câmara Municipal de Santo Antônio do Sudoeste e de Barracão, respectivamente.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1983.

(a) Caíto Quintana.

JUSTIFICATIVA:

Situadas em região essencialmente agrícola, as cidades de Santo Antônio do Sudoeste e Barracão mantêm intenso intercâmbio comercial, relacionando-se, inclusive, com os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A efetivação da obra ora solicitada virá proporcionar incalculáveis benefícios a essas relações de comércio, além de viabilizar uma marcante economia de combustível.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Doutor Deni Lineu Schwartz, digníssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando seja transferida para o D.E.R. a responsabilidade da conservação do trecho de estrada que liga os Municípios de Planalto e Marcianópolis, passando por Pinhal de São Bento e Sede União, encaminhando-se cópia deste requerimento ao Ilustríssimo Sr. Dr. Olivo Zanella, DD. Diretor Geral do D.E.R., bem como à Câmara Municipal de Planalto e Santo Antônio do Sudoeste, respectivamente.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1983.

(a) Caíto Quintana.

JUSTIFICATIVA:

A estrada em referência encontra-se em precárias condições, dificultando sobremaneira o tráfego, principalmente nos dias chuvosos, inclusive impedindo os usuários de se deslocarem de uma cidade a outra.

Como os municípios não dispõem de verba orçamentária para a manutenção dessa estrada, urge passá-la à responsabilidade do D.E.R.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando atualização junto à Fundepar, dos valores conveniados destinados à construção de escolas nas localidades de Fortaleza, Lavras, Conceição e Faxinal dos Empossados, todas no Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1983.

(a) Péricles Pacheco.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado das Finanças, Dr. Erasmo

Garanhão, solicitando participação financeira da Copel, nos custos atribuídos às Prefeituras relativos à implantação de iluminação pública.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1983.

(a) Péricles Pacheco.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Deputado Deni Lineu Schwartz, solicitando do mesmo a agilização na implantação de acampamento rodoviário pelo 2º Distrito Rodoviário (sediado em Pirai do Sul), com área de terreno já disponível, conforme doação feita pelo Município através da Lei nº 978/83 (cópia anexa).

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1983.

(a) Péricles Pacheco.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, apelando no sentido de que o Município de Salto do Itararé seja incluído na Programação de Terminais Rodoviários, tendo em vista o grande número de pessoas que se locomovem diariamente, encontrando entretanto, grande dificuldade por não haver um local apropriado para o embarque e desembarque, e que atualmente está sendo utilizado um bar da cidade para esta finalidade.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1983.

(a) Ivan Gubert.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de que a mesma solicite à Fundepar, a construção de salas de aulas, no Município de Salto do Itararé, conforme discriminação abaixo:

1. Escola do Palmital, uma sala de aula - Bairro Palmital;
2. Escola Palmeirinha, uma sala de aula - Bairro Palmeirinha;
3. Escola do Machado, uma sala de aula - Bairro dos Machados;
4. Escola Monteiro Lobato, uma sala de aula - Bairro dos Figueiredo; e
5. Escola da Areia Branca, uma sala de aula - Bairro da Areia Branca.

Esclarecemos ainda, que nas localidades acima mencionadas existem escolas, mas todas em péssimo estado de conservação e não permitindo o uso das mesmas.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1983.

(a) Ivan Gubert.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado do Planejamento, no sentido de solicitar a liberação de um Auxílio Financeiro, para a construção de um Matadouro no Município de Salto do Itararé.

Tal solicitação prende-se ao fato de todos os abates atualmente estão sendo feitos fora do município, o que acarreta uma grande dificuldade para os criadores, além do que, uma evasão de recursos o que muito prejudica a Municipalidade.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1983.

(a) Ivan Gubert.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Cultura e Esporte, no sentido de ser construído um Ginásio de Esportes na Sede do Município de Janiópolis.

Tal solicitação prende-se ao fato de que a população aguarda com expectativa a construção deste ginásio, que proporcionará ao município um local apropriado para o lazer e prática de esportes.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1983.

(a) Ivan Gubert.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores, Dr. Amauri Stábile e ao Dr. Klaus Germer, DD. Ministro de Estado da Agricultura e DD. Secretário de Estado da Agricultura, respectivamente, solicitando a elaboração de um programa de divulgação, no exterior, da qualidade e da quantidade de rebanho brasileiro de suínos, fazendo com que sejam dinamizados os contatos entre os importadores e os produtores, buscando a reconquista do mercado consumidor do exterior.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1983.

(a) Werner Wanderer.

JUSTIFICATIVA:

Considerando-se as afirmações feitas pela Coordenadoria Nacional do Programa de Combate à Peste Suína, do Ministério da Agricultura, Tânia Maria Paula Lira - de que até setembro próximo será declarada a "total erradicação da peste suína no país"; (publicado na "Gazeta do Povo" do dia 22 de maio de 1983)

Considerando-se as declarações do Diretor Geral da Associação Paranaense de Suinocultores, Osvaldo Euclides Aranha - que os produtores paranaenses estão em condições de exportar carne suína, "pois temos um rebanho de qualidade e em condições plenas para competir no mercado internacional"; (também publicada pela "Gazeta do Povo" do dia 22 de maio de 1983)

Considerando-se que deveria haver maior controle sobre notícias de nossa suinocultura, nos órgãos de divulgação do exterior, pois segundo informações do Diretor da APS., muitas delas são maliciosas, e que prejudicam o suinocultor paranaense ou mesmo, o suinocultor brasileiro;

considerando que uma das mais importantes revistas internacionais, que trata sobre suinocultura, chamada "Indústria Porcina", com publicação em inglês e espanhol, em sua primeira página, publicou a manchete "O BRASIL AINDA CONTINUA INFECTADO".

Diante destes considerandos, Srs. Deputados, e como sou um dos representantes da maior região produtora de suínos de nosso Estado, e por que não dizer de nosso Brasil, é que venho solicitar o envio destes expedientes, fazendo

com que o nosso País volte a ocupar o seu lugar de destaque entre os grandes exportadores, e principalmente, dar condições ao nosso produtor, de obter o justo retorno do capital investido, no controle sanitário das endemias.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Fernando Ghignone, digníssimo Secretário da Cultura e do Esporte, solicitando verba para o desenvolvimento dos esportes em Vera Cruz do Oeste e reforma da cancha de esportes daquele município.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1983.

(a) Mário Pereira.

JUSTIFICATIVA:

A única cancha de esportes existente na cidade de Vera Cruz do Oeste, e que é utilizada para a prática de educação física pelos alunos dos estabelecimentos de ensino do município, foi totalmente depredada, havendo necessidade de uma reforma naquele local, especificamente quanto ao alambrado, iluminação, vestiário e piso.

Para um melhor desenvolvimento dos esportes naquele município, há também necessidade de aquisição de material esportivo e Vera Cruz do Oeste não possui recursos para essa finalidade.

Por essas razões fazemos este apelo àquela Pasta, no sentido de que sejam atendidas as justas reivindicações daquele município.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, fulcrado nos dispositivos legais que regem esta Casa de Leis, propõe que após ouvido o Plenário, seja mandado expediente ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, Maurício Rosalino Fruet, no sentido que determine ao departamento competente daquela municipalidade que efetue levantamento para a construção, na Escola de Vinhedos, Bairro de Santa Felicidade, de uma cancha para a prática desportiva nas seguintes modalidades: futebol de areia, voley e futebol de salão.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1983.

(a) Nilso Sguarezi.

Da decisão, comunique-se aos interessados.

JUSTIFICATIVA:

Nossa solicitação prende-se ao fato de que o Bairro de Santa Felicidade é pouco servido em canchas de esporte. Por outro lado, a Escola de Vinhedos fica numa posição estratégica e nos seus arredores inexistem lugares que ofereçam à comunidade de Santa Felicidade condições à prática esportiva. Somando-se ao exposto, é necessário viabilizar às crianças, que são num número elevado, que não possuem lugar para fazer educação física, possibilidade de praticar esporte tão essencial para a sobrevivência humana.

Entendemos ser desnecessário a enumeração de uma série de motivos que nos levaram a fazer esse requerimento, dado a importância da prática desportiva no desenvolvimento de um povo. Isto posto, encarecemos ao Excelentíssimo Prefeito Maurício Fruet o imediato levantamento para a viabilização da construção da obra acima citada.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que esta Casa, após ouvido o Plenário, dirija apelo ao Excelentíssimo Sr. Ministro Amaury Stábile, da Agricultura, encarecendo da necessidade da CFP — Comissão de Financiamento à Produção - Agência do Paraná, permitir às cooperativas paranaenses a recompra do milho entregue ao Governo, sob forma de AGF, única fórmula capaz de evitar iminente colapso do setor de produção de rações.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1983.

(a) Edgard Pimentel.

JUSTIFICATIVA:

A previsão da produção estadual de milho deverá sofrer quebra de 30 a 40 por cento, tanto em quantidade como qualidade e com a inexistência de recursos de EGF no início da safra, a maioria das cooperativas de nosso Estado foi obrigada a vender o produto ao Governo na forma de AGF, já que este era o único recurso então disponível para a comercialização.

As perdas até agora verificadas, em decorrência das incessantes chuvas, sugaram a necessidade de que este produto seja revendido às cooperativas. Caso contrário, o preço da ração elevar-se-á consideravelmente provocando, inevitavelmente, fortes elevações de preços nos produtos finais, como aves, leite, suínos, etc.

Se não houver essa sensibilidade por parte do Governo Federal neste difícil momento que o Paraná atravessa, certamente teremos o "passeio" do milho, pois no final do ano teremos de trazer o produto de outros Estados ou, então, de importar do estrangeiro.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrada a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acompanhei, com atenção, a entrevista com o Governador José Richa, transmitida, na noite de domingo e madrugada de ante-ontem, por uma rede estadual de televisão.

Dentre as informações que, como telespectador, colhi de Sua Excelência, está a da não ingerência de políticos nas nomeações de elementos a cargos das áreas da Segurança Pública e da Educação.

Realmente, o melhor critério para a escolha de pessoas para ocupar tais responsabilidades é o que leva em conta a capacidade, a conduta moral e a imparcialidade. Sempre defendi, com meus companheiros, a consagração destes princípios, quando solicitados a opinar sobre nomes.

Assim, se observaram em todos os municípios que tive e tenho a honra de representar, o mais respeitoso relacionamento entre autoridades e todos os grupos políticos, inclusive os do PMDB.

Dentro desta mesma linha de ação pública, o Prefeito de São Jorge do Patrocínio - Município instalado em 1.º de fevereiro último - logo após a sua posse solicitou, em nome do povo que legitimamente representa, a indicação de um policial-militar ou funcionário da Secretaria de Segurança, para estruturar a Delegacia de Polícia local e ocupar o cargo de Delegado.

Após os estudos, foi liberado um competente, conceituado e imparcial Sargento da Polícia Militar do Estado, que estava pronto a ser transferido a São Jorge do Patrocínio para exercer aquelas funções de Delegado de Polícia, simultaneamente com as de Comandante do Destacamento

local.

Embora houvesse, em inícios de março, condições de ser a portaria assinada pelo então Secretário, isso deixou de acontecer porque o Coronel Haroldo Ferreira Dias julgou mais conveniente e respeitoso deixar o ato administrativo para ser baixado pelo novo titular da pasta, que assumiria, como assumiu, poucos dias após.

Surpreendentemente, porém, o processo de designação foi arquivado pela Secretaria da Segurança Pública, a pedido do Vereador Ademir Andreatti, Presidente do Diretório Municipal do PMDB que, segundo proclama, foi quem exigiu para a função, um ativo militante de sua agremiação partidária, bem como a mudança dos honráveis Suplentes de Delegado por outros que preenchessem o mesmo requisito.

Tal nomeação deixou indignada a maioria da ordeira e operosa população do município, pois o indicado, além de ter questões políticas com integrantes do PDS - que venceu as eleições por larga margem de votos - não tem o devido preparo para ser titular de uma Delegacia de Polícia, eis que suas ocupações habituais são relacionadas com a compra e venda de cereais. Cabe acrescentar ainda, que, conforme as notícias não gozam de bom conceito no meio social, tendo em vista procedimento de ordem familiar de conhecimento público.

Creio portanto, existir alguma falta de sintonia entre a orientação do Sr. Governador, publicamente definida, e a ação da Secretaria da Segurança Pública.

Espero seja recebido este pronunciamento - do qual enviarei cópias ao Governador Dr. José Richa e ao Secretário da Segurança Pública, Doutor Luiz Felipe Haj Mussi, como uma colaboração para que seja reparada a falha e provido pelo critério de comprovada capacidade, ilibada conduta moral e imparcialidade, um novo Delegado de Polícia para São Jorge do Patrocínio. O povo que ali vive e trabalha merece esta consideração.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna no dia de hoje, para dar solidariedade ao movimento iniciado na greve dos funcionários federais. Faço minhas as palavras da Deputada Amélia Hruschka, que apresento requerimento nesta data, de solidariedade a esse movimento. Não nos parece fosse necessário que qualquer classe de trabalhadores, necessitassem paralisar suas atividades, reivindicando seus direitos.

Não nos parece ser o melhor caminho, o movimento da greve, só justificado pela insensibilidade daqueles que deixam defasar os salários, prejudicando, sensivelmente, os trabalhadores públicos federais.

No momento, e tanto se pede para a Nação, no momento em que se pese a participação de todos, e aí na grande máquina do Governo, estão inseridos os seus funcionários. No momento em que se pede que redobrem os trabalhos para podermos sair da crise em que vivemos, nada mais justo e nada mais necessário que o funcionário público receba um vencimento capaz de fazer frente às suas necessidades.

O funcionário mal pago é o funcionário sem incentivo para trabalhar. E, quando pedimos que se redobre o trabalho, indubitavelmente necessitamos dar a esse trabalhador, a certeza de que na sua casa não haverá privações.

No momento em que estamos solidários com o movimento dos funcionários públicos federais, queremos, desta tribuna também, levarmos o nosso voto de confiança ao funcionalismo público estadual. A certeza de que eles continuam acreditando no Governo do Estado do Paraná,

pacientes, esperam a melhoria salarial. E nós temos certeza, que dentro em pouco, chegará a esta Casa, projeto do Executivo da semestralidade para o funcionalismo público estadual e, sem dúvida alguma, de aumento de seus vencimentos.

O Estado como um todo, necessita do trabalho de sua gente, e para que possamos pedir aos trabalhadores públicos maior dedicação, maior tempo de trabalho, maior vontade de contribuir, nada mais justo que se dê a eles também a sua justa remuneração.

Por isso expressamos neste dia, em que o funcionalismo público federal paralisa suas atividades na tentativa de sensibilizar frente ao grave problema da defasagem dos seus vencimentos, queremos trazer desta tribuna o nosso voto de solidariedade e a nossa esperança de que sensível a esta grande causa, o Governo Federal reajuste o vencimento dos seus trabalhadores para que eles possam condignamente, receber o suficiente para poderem viver, com dignidade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

(Lê): “Para tudo há um tempo encima da terra, diz o escritor sagrado. Tempo de plantar e tempo de colher. Tempo de amar e tempo de mal querer. Tempo de sorrir e tempo de chorar...”

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Lamentavelmente toda a população do Município de Mariluz vive tempos de angústia, de dor, de sofrimentos e de lágrimas.

Mariluz, município essencialmente agrícola, vê-se à beira do caos e da falência administrativa, sendo uma vítima a mais da incompetência dos homens que nortearam, por seis anos, o destino daquele município, ancorando-o não num mar de luz, mas em um mar de lama e escuridão.

A situação é deveras alarmante. Com uma dívida municipal que ultrapassa a casa dos 130 milhões de cruzeiros; os pagamentos dos funcionários estão em atraso desde outubro do ano passado, atingindo a cifra de 40 milhões de cruzeiros; o ICM destinado ao Município, foi quase que totalmente leiloado pelo ex-Prefeito, através de procurações que comprometem toda a estrutura municipalista, estando o evento em litígio judicial.

Como se isto não bastasse, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as chuvas que torrencialmente desabaram sobre o município, naufragaram as esperanças daquela gente sofrida. Os alagamentos interromperam o trânsito nas estradas vicinais, pontes e bueiros foram destruídos, a erosão urbana deixou quase toda cidade num imenso abismo. Diante deste quadro quase que apocalíptico, o Prefeito Municipal, Sr. Joaquim Lopes Gutierrez, viu-se na contingência de decretar estado de emergência.

Os diaristas volantes, conhecidos como “bóias frias”, não têm condições de trabalho com a chuva que cai. Sem dinheiro, sem pão e sem leite para as crianças, e muitos sem teto, assolapados pelo frio e pelo desespero, batem às portas do Poder Público Municipal, à procura de ajuda. O Poder Público Municipal, por sua vez, arrazado, falido e esfacelado financeiramente, de mãos atadas, nada pode fazer, restando somente ao Chefe do Executivo juntar-se aos seus munícipes, e com eles dividir as lágrimas.

Este é o legado que deixou a administração anterior ao Município de Mariluz. Esta é a situação dramática que vivem povo e governo daquele município. Diante deste quadro que mais parece uma quimera, aquela gente sente-se compelida a pedir, implorar, suplicar, aos poderes constituídos, uma rápida e eficaz solução, a fim de que o sol volte a brilhar para o

município.

Ante o que aqui expusemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos fazer um veemente apelo ao Excelentíssimo Sr. Governador José Richa, no sentido de que sejam tomadas urgentes providências para amenizar o sofrimento do povo e do governo do Município de Mariluz”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao grande Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado Leônidas Chaves.

Estando ausente, com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Havendo declinado, ao Sr. Deputado Nilso Squarezi. Tendo declinado, ao Sr. Deputado Caíto Quintana. Havendo declinado, ao Sr. Roberto Requião. Declinado, ao Sr. Sérgio Spada. Declinado, ao Sr. Deputado Ervin Bonkoski. Estando ausente, ao Sr. Deputado Edmar Luiz Costa. Havendo declinado, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino, Sr. Presidente, solicitando a minha inscrição para o Grande Expediente de amanhã.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa anota.

Sr. Deputado Gabriel Sampaio. Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Apesar de que Itaipu, a pedra que canta o desencanto de milhares de famílias, deixaram as terras férteis do oeste do Paraná, alagados por ela, ser um fato concreto; apesar de não podermos mais querer chorar o leite derramado, mas muitas injustiças cometidas por essa empresa binacional, que veio atender os interesses transnacionais de banqueiros internacionais nos dói ainda na alma, as injustiças deixadas para trás, por essa empresa.

O Paraná se portou, no governo anterior, como um bom anfitrião dessa “brochoneta internacional”, construindo em nosso território — e apesar dos nossos protestos, apesar de não termos sido consultados — aí está a realidade de um lago fantástico, de um lago de proporções extraordinárias, que soterrou sob suas águas, povoados, aldeias e esperanças de milhares de paranaenses.

Sempre prontos os defensores da Itaipu binacional; sempre alertas para defender ainda com mentiras; para proclamar ainda que contra a constatação dos fatos, para defender, portanto, uma das obras do qual o povo paranaense não tem porque se arrepender, porque não foi autoir, mas foi oprimido por ela.

Já muito antes de sermos Deputados, trazíamos a esta Casa nossa preocupação, como representantes da Comissão Pastoral da Terra, que entre os efeitos sociais das 8 mil famílias que deveriam deixar o território paranaense, ou deixar as suas casas ou suas residências, o seu ganha pão, havia uma preocupação também com os reflexos futuros desse lago de Itaipu.

Fazíamos então, na Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da desparanização, alertas, e trazíamos preocupações no sentido de que podiam ocorrer até tremores de terra, e o fazíamos não por querer dar uma de “profeta - sonhador”, mas porque nos baseávamos em analogias, ocorridas com a construção de proporções semelhantes na Grécia, na Índia e no Egito, alertávamos então de que na Grécia, no Lago de Cremasta, o tremor de terra provocado pela imprudência do ser humano, da tecnologia dos tecnocratas em construir um lago, assentando volumosa quantia de água sobre a mesma base sólida, provocou a destruição de duas mil casas e duzentos e quarenta mil mortos. Citávamos o exemplo do Lago Coína, na Índia, onde também tremores

de terra produziram prejuízos.

Recentemente pudemos assistir, em Terra Roxa, um sinal de movimento sísmico, mas não resta dúvida, os tecnocratas, defensores de Itaipu, logo vieram a público para dizer que não se tratava de tremor de terra e sim de uma simples erosão que rachou casas, que destruiu rodovias, que criou o pânico na população de Terra Roxa, como talvez, queira Deus que isto não aconteça, mas criará o pânico em novas ocorrências nas regiões dos arredores do Lago de Itaipu. Mas nós não só alertávamos quanto a isto. A nossa maior preocupação sempre foi o homem, porque o homem deve ser colocado acima dos interesses das grandes obras. O homem deve ser colocado acima dos interesses econômicos, seja eles quais forem, sejam interesses de banqueiros internacionais ou mesmo de capital nacional, porque os bens materiais servem enquanto promovem o homem e isto nos ensina a doutrina cristã.

Foi também no ano passado que denunciemos, nesta mesma tribuna, algumas das muitas arbitrariedades da Itaipu binacional. Entre tantas denúncias, referimo-nos também ao drama da comunidade indígena Avá-Guarani, milenar ocupante das terras situadas entre os Rios Ocoí e Jacutinga, às margens do Rio Paraná, terras estas que seriam alagadas pela represa de Itaipu.

Um rápido parêntesis apenas com a finalidade de relembra fatos, para elucidar alguns dos novos companheiros eleitos pela primeira vez, nas últimas eleições.

Naquela ocasião, a Itaipu binacional recusava-se a reassentar esta comunidade indígena em novas terras, em substituição `aquelas que seriam alagadas e, sobre as quais, os Avá-Guaranis mantinham o mais legítimo direito de posse, verdadeiros donos de um pequeno pedaço que lhes sobrava do muito que já lhes haviam roubado em décadas dos mais diversos tipos de colonialismo e de arbítrio.

Nesta tentativa de mais uma vez lesar o povo da região, e entendemos que os Avá-Guaranis são tão paranaenses e brasileiros como qualquer um de nós — a Itaipu binacional tentou os mais diversos e escusos recursos, e diretamente concluiu, contando com a conivência da FUNAI.

De início, pode-se constatar o pouco caso, tanto da Itaipu binacional como da FUNAI, já que até os mesmos desconheciam a existência dessas comunidades indígenas, localizadas às margens do Rio Paraná. A FUNAI, encarregada de tutelar o índio, não sabia da existência de indígenas nas margens do Rio Paraná. De início, pode-se constatar portanto o desinteresse.

Constatada a localização, trataram posteriormente de negar a identidade deste grupo, dizendo que não se tratava de indígenas e, por extensão, tirava seu direito de posse da terra.

Para tanto, chegaram até mesmo a fraudar pareceres técnicos, desmentidos posteriormente pelo Antropólogo Edgar Carvalho, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, contratado pelo CIMI para fazer o levantamento e identificar a origem étnica daquela comunidade. Denunciada esta fraude, a FUNAI, curva-se perante às evidências. E forçada pela opinião pública, apoiou vigorosamente a luta do Conselho Indigenista Missionário e outras entidades defensoras dos índios, passa a assumir, mesmo a contragosto, a tutela desta comunidade.

E não foi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por idealismo que a FUNAI resolveu, apenas em parte, o problema daquela comunidade. Porque ainda está na nossa memória, a verdadeira novela que se desenrolou nos anos de 1981 a 1982, só levando a um fim parcial, com a decisiva participação da Comissão de Justiça e Paz, do CIMI, do ANAI e, porque não dizer, de alguns membros parlamentares desta Casa. Fosse apenas pela vontade da FUNAI e da Itaipu binacional, acreditamos nós que estariam hoje, os indígenas Avá-Guaranis, disputando ainda um parco lugar com os peixes que hoje nadam em terras

afogadas do lago faraônico e desumano.

Finalmente, quando os índios foram indenizados pela Itaipu binacional e foram através da FUNAI, com um cheque nominal à mesma, no valor de dois milhões, 313 mil e 174 cruzeiros, dinheiro este que a FUNAI deveria aplicar inteiramente na aquisição de novas terras e de mais melhoramentos para a comunidade.

E mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a FUNAI, na mesma ocasião, comprometia-se a prestar contas à comunidade indígena sobre a aplicação desta mesma indenização.

Os Avá-Guaranis foram recolocados em Santa Rosa do Ocoí. No lugar dos 1.500 hectares de terras que ocupavam, receberam a migalha de apenas 253 hectares. Defraudados, portanto em mais de 2.250 hectares.

Desde junho de 1982, data desta relocação, a comunidade não cessa de reclamar o restante. Aliás, não o restante, mas sim a grande maioria das terras a que têm direito. E não apenas à terra mas também todas as benfeitorias que a FUNAI comprometeu-se a efetuar, com o dinheiro recebido já antecipadamente, pela indenização feita por Itaipu Binacional.

Agora, mais uma vez, essa novela de mau gosto, volta a nos repugnar. A Igreja Católica, através do CIMI, que desde o início vinha apoiando a brava luta dessa comunidade indígena, continua a prestar-lhe esse apoio. Não aquele apoio verbal e ilusório, com que autoridades da FUNAI tentaram retardar, protelar e mesmo deflagrar as soluções, mas o apoio dado foi real, desinteressado, idealista, assistindo de perto as reais necessidades de um povo espoliado e enganado de todas as formas possíveis.

Assim, foi que enviava constantemente para lá, pessoas com a missão de verificar as reais necessidades materiais da aldeia. Em dezembro de 1982, D. Olívio Fazza, Bispo de Foz do Iguaçu, enviou para aquela aldeia três irmãs religiosas, encarregadas de prestar assistência àquela comunidade indígena abandonada por Itaipu e pela FUNAI.

No entanto, eis aqui a grande surpresa que traz a nossa denúncia em forma de protesto. Em fevereiro deste ano, as mesmas religiosas foram expulsas da aldeia por um funcionário da FUNAI, um funcionário que nada fez para construir, mas sim, está pronto para destruir aquele parco apoio que ainda recebia aquela comunidade, numa atitude frontal de agressão aos sentimentos dos indígenas que até mesmo haviam construído uma casa típica, demonstração mais que evidente de carinho que eles dedicavam àquelas Irmãs.

Do Presidente da FUNAI, aliás um militar da reserva, como tantos outros, o Bispo de Foz do Iguaçu recebe ofício confirmando a ordem de expulsão e o motivo alegado: violação à cultura indígena.

Notem bem, VIOLAÇÃO À CULTURA INDÍGENA. A acusação que procede daqueles que roubaram mais de 1.200 hectares de terras, de uma comunidade, para encurralá-los num canto de 255 hectares, sem lhes dar assistência, sem ter respeito sequer pela terra, muito menos pela cultura desses indígenas. E agora perguntamos: por que este inusitado interesse pela cultura indígena, de quem ao longo do tempo foi incapaz de até mesmo preservar as suas terras, que defesa de cultura indígena é essa que deixa seus tutelados abandonados à própria sorte, para serem lesados, fraudados, violentados, iludidos, descaracterizados como um povo?

Na realidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. Sérgio Spada — Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento) Somos solidários ao seu pronunciamento e somos conhecedores da situação também daquelas famílias de indígenas que foi violentada por Itaipu Binacional, sendo tirada do seu "habitat" natural e jogada para um canto da terra.

Tomamos conhecimento inclusive numa reunião, Deputado Kirinus, de que crianças, filhos desses indígenas estariam

morrendo, em consequência de não estarem se adaptando ao seu novo "habitat" e estarem tomando, consumindo água poluída do Lago de Itaipu.

Chegou até nós esta denúncia, de que alto funcionário de Itaipu, que antes até mesmo ignorava essa tribo indígena, de determinado tempo para cá, passou a freqüentar constantemente a residência desses indígenas, levando inclusive jogos de camisetas de futebol e outros brinquedinhos, presentinhos e a finalidade, segundo denúncias que recebemos, era para justamente incompatibilizar essas autoridades religiosas, que lá estavam fazendo um trabalho de grande valor para aquela tribo indígena, que são nossos verdadeiros irmãos.

Mais uma injustiça, mais uma violência cometida por Itaipu, por esses que nada tinham a ver com Itaipu, único pecado que cometeram e por estarem residindo na hoje área do reservatório de Itaipu.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede e me congratulo e parabeno, por este brilhante pronunciamento.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte e inclusive o seu testemunho vivo, como Deputado de Foz do Iguaçu, conhecedor profundo daquela realidade, daquele povo, vem enriquecer em muito o pronunciamento que agora fazemos.

Agradeço e inclusive cito em meu pronunciamento mais adiante, até o nome deste funcionário da Itaipu, que se faz passar hoje pelo mais novo e fantástico "Caramuru" do Século Vinte, é o Diretor Jurídico Paulo Cunha, que ao levar presentinhos aos índios, como fazia "Caramuru", ou como se fazia nos antigos métodos de catequizar índios, presentinhos para assim angariá-los para o seu lado, incompatibilizá-los com o trabalho sério que estavam fazendo os religiosos, encarregados de um trabalho realmente antropológico e científico junto àqueles índios, encarregados pelo Bispo de Foz do Iguaçu.

Na realidade, somos forçados a acreditar e a isso somos levados, não por suspeitas, mas por fatos evidentes, que a FUNAI pretende, mais uma vez, afastar aqueles que de fato lutam para fazer valer os direitos dos índios do seu caminho espoliador, de tutelador, passaram a ser exploradores da cultura indígena.

Isso não aconteceu só em Itaipu binacional, com os índios Avá-Guaranis, aconteceu também com os membros da Igreja Evangélica Luterana, que aqui denunciemos quando foram expulsos, pastores que ali faziam trabalho sério, porque de fato funcionários de mal caráter se preparam e usam a estrutura da FUNAI para, em vez de ajudar, explorar a cultura indígena.

Provas evidentes desta afirmação, nobre Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, é a tentativa de expulsão de mais de nove famílias feita pelo enfermeiro Reinaldo, funcionário da FUNAI, e do aliciamento constante que, como já dizia Sua Excelência o Deputado Spada, o funcionário, Sr. Paulo Cunha, que se aproximava através de expedientes característicos de um Caramuru, para conseguir assim famosas negociações, assim como fazia com os colonos da região, e vem desenvolvendo nas suas visitas no aldeamento, transformando-se num ridículo Caramuru no Século XX, como já dizíamos.

Srs. Deputados, precisamos dar um basta a esta situação. Não é mais possível tapar o sol com a peneira, quando os próprios índios recusam-se a ter em seu aldeamento um posto da própria FUNAI, como diz o cacique da Nação Avá-Guarani, Sr. Fernando Martinez, é sinal que está indo de mal a pior este organismo.

É necessário e faz-se urgente a amputação dos desmandos que a FUNAI vem praticando contra os índios em seus múltiplos

aspectos, demarcação de terras, aplicação de recursos e tantos outros que seriam de sua incumbência.

O que dizer então da Itaipu Binacional?

Antes foi a espoliação dos brancos e agora chega a vez dos índios. Claro que dos brancos pobres, porque os ricos são eles os seus grandes amigos. Agora o roubo e o aviltamento é aos índios, amanhã, quem será?

Porque, quando se institui a lei dos mais fortes, a lei da fraude e do roubo, a lei dos desmandos, mais cedo ou mais tarde seremos todos nós também atingidos por essa mesma lei e desta vez atingidos fisicamente, porque no íntimo, todo o cidadão paranaense e brasileiro com um mínimo de senso de vergonha e justiça, não pode se calar perante a afronta e a injustiça cometida contra nossos irmãos e companheiros mais fracos.

Aproveitamos a ocasião para manifestar o nosso mais vigoroso e veemente apoio ao Bispo de Foz do Iguaçu, D. Olívio Fazza e às suas religiosas, ao CIMI, à Comissão de Justiça e Paz pela luta que empreenderam e vêm empreendendo, posseiros ou favelados, sejam eles oprimidos de toda a sorte.

A mais esta denúncia, Sr. Presidente, anexamos documentos que provam o que afirmamos e que põe a nu a arbitrariedade, o desmando fascista da FUNAI contra aqueles que há bem pouco tempo tentou relegar à própria sorte e que também uma vez mais deixam o logro e a fraude patentes que Itaipu está tentando impingir a esses índios paranaenses.

Ouçó o aparte no final do meu discurso, do nobre Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Tércio Albuquerque — Deputado Gernote Kirinus, ouvimos com atenção o seu pronunciamento, que continua sendo os mesmos que nada beneficia os nossos índios, que ao ver de Vossa Excelência, estão altamente prejudicados.

Tive a oportunidade de receber por várias vezes os índios no meu Gabinete, procurei, antes de aproveitar-me desta oportunidade para me promover, procurei encaminhá-los aos caminhos competentes, fui à FUNAI acompanhado deles, estive no INCRA, acompanhado deles, e conversei com a direção da Itaipu binacional, na ocasião em que acontecia o fato.

A Itaipu binacional procurou promover um acordo entre a FUNAI e os índios, transferindo-os de suas terras para outras terras, no que foi criticado também Itaipu pela comunidade de Santa Rosa do Ocoí, porque, eles não queriam a instalação dos índios lá. Essa comunidade de Santa Rosa promoveu reuniões junto com o Prefeito Municipal de São Miguel do Iguaçu, e Vereadores, porque não desejava a instalação dos índios naquela localidade.

Conversei com Dr. Paulo Cunha, a quem Vossa Excelência taxa de "Caramuru do passado" e Vossa Excelência conversando com ele, vai ver que só tem a aprender pela capacidade que ele detém.

Este convenceu a comunidade que aceitasse os índios lá, porque eram pessoas humanas iguais a nós. Não houve distinção. Vossa Excelência que está fazendo aí da tribuna, com muita inteligência, com muita presteza.

Entretanto, Deputado Gernote Kirinus, as terras em que os índios foram localizados, apesar da sua extensão territorial atualmente ser bem menor da que eles tinham no passado, ela está altamente valorizada.

Os índios estão às margens do Lago de Itaipu...

Peço a Vossa Excelência que peça um aparte em vez de ficar com piadas aqui da tribuna. Peça um aparte e fale dos microfones para que possa ouvir melhor.

... estão às margens do Lado de Itaipu, que vão ser altamente beneficiados com o Projeto que a EMBRATUR acaba de realizar, assinar convênio com Itaipu e a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, com a participação da PARANATUR, Empresa Paranaense de Turismo, para a exploração das

margens do lado, onde diversos benefícios para exploração turística da pesca e da navegação será lá implantada e será valorizada.

Deputado Gernote Kirinus, sou como Vossa Excelência, tem certeza, um admirador seu em todas as ocasiões. Mas tenho o direito de discordar com Vossa Excelência, especialmente no dia de hoje, em que faz uma apologia em defesa dos índios brasileiros, se bem que nós já temos o Juruna lá em Brasília, que está defendendo muito bem, segundo ele mesmo se diz, representante dos índios, eleito pelos brancos.

Deputado Gernote Kirinus, faço a Vossa Excelência uma sugestão. Ou vamos conversar juntos com a FUNAI, com a Itaipu, ou vamos através da justiça, porque a justiça é o caminho mais correto da defesa dos injustiçados.

Muito obrigado pelo aparte, e continuo aqui, neste plenário, a ouvir suas ponderações.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte, embora não possa deixar de lamentar, porque se Vossa Excelência levou os índios do seu gabinete à FUNAI, Vossa Excelência tem parte de culpa em cartório, porque a FUNAI é o órgão menos recomendado, segundo a realidade que conhecemos, é o menos recomendado para tratar de índios, pelo que a experiência nos demanda.

Por outro lado, se as terras são mais valorizadas, este é o valor que está na cabeça talvez de Vossa Excelência, ou talvez, podemos pensar em termos de valores nossos. Mas, o valor da terra por aquele cidadão, por aquele homem, por aquele primeiro brasileiro que soube preservar a natureza tem outras dimensões, e talvez não sejam essas que Vossa Excelência acredita.

Por outro lado, também não admito, talvez Vossa Excelência esteja bem dentro do pensamento da FUNAI, não acredito que seja justo transformarmos o índio como uma peça arqueológica para a exploração turística da EMBRATUR e da PARANATUR.

Portanto, existem muitos e muitos pontos em que discordamos, nobre Deputado, porque acredito que a cultura indígena tem muito mais a nos ensinar do que um Paulo Cunha.

Tem o aparte o nobre Deputado Antônio Fonseca.

O Sr. Antônio Fonseca - Sr. Deputado Kirinus, quando o Deputado Tércio Albuquerque pediu o aparte, ele achava que este Deputado o estava ironizando. Mas não se trata disso.

Entre o discurso de Vossa Excelência e o aparte do Deputado Tércio Albuquerque, eu fico com o seu discurso. E digo mais, acho que o único índio ou descendente de índio que o Deputado Tércio Albuquerque conhece, sou eu. Muito obrigado. —

O SR. GERNOTE KIRINUS — Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa ao Deputado que se encontra na tribuna que está encerrado o horário destinado ao Grande Expediente.

A Mesa consulta a Liderança do PMDB, se fará uso do seu horário.

O SR. RUBENS BUENO — A Liderança indica o Deputado Paulo Furiatti para fazer uso do horário destinado ao PMDB.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.
Gostaria hoje, de abordar alguns aspectos da tão falada

Reforma Agrária neste País que, embora lei formulada pelo então Governo da Revolução e pelo Governo do PDS, não temos visto os resultados dos Estatutos da Terra se fazerem valer para que aquela imensa maioria de agricultores, sem terra, possam ter acesso à mesma.

Reforma Agrária Capitalista, porque dentro do regime capitalista foi imposta por este, mas que diante das dificuldades por que se encontra hoje a situação agrária brasileira, é uma lei que, se implantada dentro das suas premissas básicas servirá para minimizar os graves problemas que temos, da terra, no Brasil e no Paraná.

O Estado do Paraná, através das suas empresas, possui algumas quantidades de terras e entendemos que, como consta do programa do partido, a reforma agrária, compete ao Estado do Paraná, sem sombra de dúvida, promover o reassentamento dos sem-terra neste Estado, dando exemplo e usando áreas de suas empresas que não estão previamente definidas como exploração dessas empresas. Sabemos que o BANESEADO possui terras e devem ser produto de estudos, para que hajam reassentamentos nas terras estaduais. Mas, por outro lado, à luz do Estatuto da Terra, sabemos que dentro do Estado do Paraná existem propriedades privadas que não estão dando o retorno social devido, e essas propriedades devem merecer o estudo do Estado para que este, comprovada a ineficiência social, solicite ao órgão competente - INCRA, a desapropriação na forma do Estatuto, da lei, e comece a promover no Estado a verdadeira Reforma Agrária.

Existe um outro instrumento, o Imposto Territorial Rural. O ITR, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos sabem, é o instrumento para forçar aqueles que possuem a terra mas não a produzem, comecem a pagar altos impostos ao ponto de dela terem que se desfazer. Sabemos também que o INCRA não tem, absolutamente, verificando os cadastros sobre o que nele consta e a realidade prática da terra.

Um município como Guaraqueçaba, informações nos dão conta que lá temos, pelo menos, vinte grandes empresas cadastradas como empresa rural; empresa rural, para ser cadastrada, quer dizer, que é uma terra que produz, que emprega e que produz riqueza ao Estado do Paraná.

Mas os senhores vão lá e analisem o que é gerado de renda da agricultura em Guaraqueçaba, e verão que é impossível existir vinte empresas de 30, 8, dez, doze mil hectares em Guaraqueçaba, com a renda que aquele município tem, da agropecuária.

Parece-nos objetivamente, que consta alguma coisa no papel como empresa rural, mas não consta na prática, o retorno social daquelas propriedades. E é nessas propriedades que o Estado tem a obrigação inalienável de verificar a verdade entre o papel e a prática e solicitar ao Governo Federal que cumpra a lei.

Não há dúvida alguma de que estamos passando por uma das maiores crises, e esta crise está dando tensões sociais por este Estado inteiro. Informações nos dão conta de que, antes de ontem, 200 sem-terra, entraram em praticamente 200.000 hectares de terras de um único proprietário, em Quedas do Iguaçu, estabelecendo-se o impasse da tensão social; informações dão conta de que naquele município, um só proprietário possui 200.000 hectares de terra, e enquanto isso, milhares de sem-terras por este Estado do Paraná, estão a implorar um pequeno pedaço de terra, para poder produzir.

Acho e entendo que não é pedir muito o cumprimento da lei pelo Governo Federal, pelo reconhecimento das áreas de tensão social neste Estado, e aplicação da lei, pura e simples, preservando, sem dúvida, como estabelece o Estatuto da Terra, as propriedades produtivas e que estão dando o retorno social desejado.

Gostaria inclusive de estabelecer o debate agora, com a Bancada do PDS, sobre a reforma agrária, para que possamos aprofundar esse tema, para que possamos analisar esse tema.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência pela gentileza de me conceder um aparte. Veja bem, não é o Paraná, é o Brasil como um todo. E Vossa Excelência tem um Secretário, um grande Secretário que esteve em Brasília, que é o Secretário da Indústria e Comércio, que tem uma quantidade incomensurável de terras.

Por que a justiça não começa em casa?

Por que Vossa Excelência não fala com o Secretário Simeão, que dê as terras aos colonos paranaenses e brasileiros, onde ele as tem, no Pará, no Acre, uma região incomensurável. É uma barbaridade o que ele tem lá; é uma barbaridade que companheiros de Vossa Excelência têm na região, para que os paranistas, para que os homens que precisam trabalhar, lavrar a terra e com suas mãos calosas erguerem e soerguerem este Brasil. Por que Vossa Excelência não começa em casa?

Meu pai dizia: “a justiça começa de casa”.

Por que Vossa Excelência não faz uma mensagem, com a aprovação nossa, ao Secretário Simeão, que dê as terras que ele tem, que são milhões de hectares, no Pará, que talvez o seu pai tenha comprado com o dinheiro e com o suor de seu rosto?

Por que Vossa Excelência generaliza e não dá o exemplo de sua própria casa? Não dá o exemplo, mandando ofício ao Sr. Secretário, que dê as terras aos colonos, que reparta e que divida; que dê justiça, que dê aos homens que suam, que precisam ser atendidos, como diz Vossa Excelência, porque no Paraná não existe latifúndio improdutivo; latifúndio improdutivo, Deputado, está lá no Ceará; está lá na boca do Acre, está na Amazônia, está lá onde o seu Secretário, Dr. Simeão, tem uma área de terras incomensurável, que talvez, pelo menos 20 por cento dos paranaenses que estão exigindo o que Vossa Excelência está defendendo.

Então, seria um ato digno de Vossa Excelência, neste momento, pedir um requerimento para que nós levemos, os paranistas, para aquela região, quando um Secretário da Indústria e do Comércio, tem umas terras — Vossa Excelência talvez não saiba, mas nós sabemos — então Vossa Excelência veja e faça um levantamento de quantos e quantos companheiros de Vossa Excelência têm, no Acre, na Amazônia, têm na boca do Acre, terras que dariam para os paranaenses que estão precisando, do que Vossa Excelência defende, para amparar nossa gente.

Deputado ilustre agradeço a Vossa Excelência, mas, veja e analise. Primeiro arrume a sua casa, arrume a casa do Secretário seu e depois procure arrumar a nossa casa.

Muito Obrigado.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Eu já ouvi nesta Casa umas duas ou três vezes, apartes semelhantes ao que eu acabo de ouvir agora.

Parece-me uma discussão totalmente infundada, porque todas as vezes que ouvi falar em reforma agrária dentro desta Casa através da tribuna, por oradores, fala-se em reforma agrária como uma forma de reassentamento de pessoas sem terras, em terras ociosas. Nunca ouvi, orador algum, citar aqui que se tenha que tirar terra de homens do partido do PDS, do PTB, de qualquer partido que seja. E não aceito a acusação de que se tire terras individualizadas, de ninguém, nem de Secretário de Estado, nem de latifundiário algum, único.

Reforma agrária é uma coisa abrangente, é uma responsabilidade do Governo Federal o assentamento de todas as famílias. Assim como existe — talvez exista — Secretário de Governo que tenha terra, existem homens

ligados a todos os partidos que têm terra, e não se fala, nunca, em reforma agrária, em privar a propriedade particular de quem quer que seja; fala-se sim, numa lei séria, justa, a ser aplicada dentro desta Nação, para que o agricultor que precisa trabalhar e o Governo que precisa de produção, já que somos um país agrícola, possam, em conjunto, achar uma solução, uma situação para se produzir mais, para prosperarmos mais e para assentarmos mais, as pessoas, na terra.

Não aceito, acho uma discussão infundada, infantil, quando se procura jogar em cima dos partidos ou de homens que compõem o Governo, uma situação que clama o Brasil inteiro. Isto é a verdade, numa lei federal que recoloca as pessoas, dentro da terra, para que possamos produzir e ajudar este País a adquirir aquilo que ele necessita.

Muito obrigado.

O SR. PAULO FURIATTI — Deputado Caíto Quintana, o

Deputado Gabriel Manoel naturalmente sofisma quando faz essas afirmativas, para desviar, da discussão profunda do tema, para um lado que objetivamente não leva a nada.

Eu não conheço, absolutamente, a situação da terra de A, B. ou de C. Agora, objetivamente, quando falamos no Estatuto da Terra e na lei, essa lei é um imperativo, e aqueles que não se enquadrarem na lei, objetivamente devem estar submissos a essa lei.

Mas, voltando ao assunto, o nobre Deputado Gabriel Manoel disse que no Paraná não há terras improdutivas. Objetivamente, nobre Deputado, eu não fiz nenhum levantamento específico, mas é o papel do Governo do PMDB, levantar as áreas que porventura sejam improdutivas e solicitar, ao Governo Federal, a aplicação da lei, porque naturalmente o que eu citei, o fato de Guaraqueçaba é apenas uma idéia do que possa estar ocorrendo, em que, propriedades cadastradas do INCRA são cadastradas como empresa rural, na prática necessariamente não são empresas rurais, e estão com isto não recolhendo os impostos devidos, cujos impostos devidos são, 100 por cento, destinados ao município.

Então, o que estamos pedindo, não é absolutamente nada além do cumprimento racional e lógico do Estatuto da Terra, atinja A, B, C, ou D, o que desejamos é a aplicação correta; agora, o Estatuto da Terra está, no Governo Federal, a sua ação definitiva, daí que o Governo Federal, do PDS, tem que começar a trabalhar, para que não tenhamos daqui a algum tempo o choro do “leite derramado” de não termos dado o atendimento social devido, mesmo usando as leis que possuímos.

Em função disto, nobre Deputado, o que pedimos é essa discussão mais profunda, para que possamos colocar as coisas nos seus devidos lugares. Quem tiver terra produzindo, quem estiver dando retorno social da terra, quem estiver dentro do Estatuto da Terra, não há porquê se preocupar, quem não estiver, deve se preocupar, porque existe uma lei formada, no País, para reger a matéria.

O Sr. José Antônio Fonseca — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Eu queria aproveitar a oportunidade de seu assunto que acho de tremenda importância não só para o Estado do Paraná, como para todo o País, porque acredito que uma das tarefas nossas como Deputado é exatamente esta de aprofundar esta questão do problema da reforma agrária. Mas eu gostaria de dar o meu testemunho de que quando as pessoas seriamente empenhadas neste sentidopodem fazer ascoisas chegar a bom termo, dentro da própria Constituição e mais especificamente, dentro do Estatuto da Terra.

Tive a oportunidade de várias vezes ocupar a tribuna e denunciar um problema em um dos municípios que eu represento, mais especificamente Matelândia, e lá existia e ainda

existe um problema de tensão social num latifúndio improdutivo, terras particulares.

Depois de eu ter feito aquelas denúncias, para lá se dirigiu o Secretário de Assuntos Comunitários do Estado do Paraná, o Secretário da Segurança Pública e o Presidente do ITC e lá fizeram fizeram assembléia com aqueles posseiros e arrendatários. Vindo a Curitiba, juntamente com os procuradores das partes, porque lá existe um litígio entre pai e filho e lá chegaram a um acordo, acordo que exigíamos aqui que aqueles arrendatários em vez de pagar os 30, 40 por cento que os proprietários estavam exigindo, pedíamos o cumprimento do Estatuto da Terra. Chegou-se então a um acordo comum com os procuradores das partes em que esses agricultores estão pagando agora e depositando em juízo apenas 10 por cento como determina o Estatuto da Terra, quando o proprietário entra apenas com a terra nua. Digo mais, e nesse acordo de intenções celebrado entre o Governo do Estado e os proprietários, permitiu-se que esses agricultores escoassem a sua produção que estava apodrecendo lá nesse latifúndio.

Digo mais, ainda, permitiu-se que o ITC, através dos procuradores, faça o cadastramento desses agricultores que lá estão e está se evoluindo ainda no sentido de que, em breve tempo, com a intervenção do próprio INCRA no cumprimento do Estatuto da Terra, porque lá existe tensão social, que essa parcela, dessa gleba onde estão os agricultores, seja dado a eles, feito um reassentamento através do INCRA e do ITC e apenas o cumprimento do Estatuto da Terra.

O segundo testemunho que gostaria de dar a Vossa Excelência, a respeito disso, é a recente assembléia dos agricultores sem terra do Oeste do Paraná, em que lá esteve o INCRA dizendo que havia terra demais nesse País e convocando os agricultores do Oeste, dizendo que havia terras no Pará e no Amazonas, e mais de três mil agricultores disseram que o lugar deles é aqui mesmo, no Paraná.

Então, diante disso, uma das tarefas nossas, é exigir das autoridades competentes, que levem a sério esse problema dos agricultores, porque cada vez está se agravando mais, e Vossa Excelência sabe que o Estado do Paraná era um dos Estados que mais recebia os migrantes e hoje o Paraná, nos últimos dez anos, é o Estado que mais expulsa o trabalhador rural. O Paraná está se esvaziando. Então, é necessário, é urgente que esta Assembléia leve a sério este problema da reforma agrária e do reassentamento dos agricultores.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PAULO FURIATTI — Nobre Deputado Fonseca, temos acompanhado o seu trabalho e por ele temos o maior respeito, principalmente partindo da consciência de que o Paraná se esvaiu, o Paraná concentrou a propriedade, aliado a isso a uma política agrícola imposta que veio, através de outros instrumentos, como a própria tecnologia e o crédito rural, facilitar a concentração da terra e a expulsão do pequeno proprietário.

Diante disso, há necessidade de um aprofundamento da discussão, da discussão séria a esse respeito, da discussão profunda mesmo, para que possamos avançar nesse processo e não permitir que o Paraná ao invés de atender os seus habitantes os expulsa para fora e não tenha sequer condições de abrigá-los aqui. E o argumento de que cidadão tem terra no Pará e no Mato Grosso, como foi muitas vezes falado — eu pergunto a esses que oferecem propriedades no Norte do Brasil a esses paranaenses, se eles, com oferta de dez vezes mais o salário que ganham, sairiam da sua terra, do convívio dos seus?

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Concedo a palavra, no Horário da Liderança do PMDB, por dez minutos,

ao Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Podemos afirmar, com certeza, que a vitória do PMDB no Estado, em 15 de novembro, além de representar um marco fundamental na luta das forças democráticas contra o autoritarismo, trouxe à luz uma nova realidade que vem se forjando lenta, mas inexoravelmente, na última década, apesar das escaramuças de toda espécie.

O novo Paraná, o Paraná que representa verdadeiramente suas forças vivas. Esse processo histórico que na verdade vem ocorrendo em todo o Brasil, deixa ao mesmo tempo outra realidade cristalina, embora tentem escondê-la como se esconde o sol com a peneira. O “Velho Paraná”, o Paraná das mumunhas, dos coronéis e das chibatas.

Esses “dois Paranas”, não se separam como a água se separa do azeite, não formam duas sociedades inexpugnáveis, porque o Novo Paraná surge justamente do bojo do Velho Paraná.

Freqüentemente, mas nem sempre, o novo carrega heranças malditas do velho, e mais tarde paga um alto preço por esta carga indesejada. Mas é assim que se processa a História. Acreditar que passamos de uma fase para outra, como se pulássemos um pequeno obstáculo, é a mesma coisa do que crer nas miragens dos demagogos. Uma verdade, porém, fazendo minhas as palavras do lúcido filósofo alemão — Georg Wilhelm Friedrich Hegel, é que o VELHO PERECERÁ. Tudo que nasce um dia morrerá.

O “Velho Paraná” — do beija-mão, o da mamunha, do resolver na cinta e dos imensos latifúndios improdutivos, continua relutando com todas as suas forças para manter a hegemonia, suas idéias monolíticas e seu poder discricionário. E não quer admitir a existência do Novo Paraná — o da democracia e da participação popular nas decisões.

A evidência mais marcante deste Novo Paraná, dos anseios de transformação, é a eleição do Governador José Richa. Sim, Deputados, nada mais legítimo do que o voto popular para embasar esse argumento. E Richa foi, foi escolhido pelo povo, porque juntamente com o seu partido, representava e representa, a vontade e as expectativas das forças vivas, ignoradas e marginalizadas até então pelos coronéis das mamunhas e das chibatas. Mas, a História, que é na verdade a síntese da luta destas próprias forças vivas, deu mais uma lição aos que acreditavam e acreditam que podem conduzir seus rumos, dando ordens em suas torres de marfim.

Apesar das dificuldades, das sabotagens e das mentalidades retrógradas, Richa com menos de 90 dias de governo está implantando o plano do partido, o projeto do novo Paraná, democrático, participativo, que culminará conseqüentemente na melhoria das condições de vida da população.

A própria comunidade está sentindo a diferença. Quando um governo de Estado pensou em escolher, através de eleições diretas, Diretores de Escolas Públicas, quando um Governador do Paraná concedeu o legítimo direito à comunidade, através de suas entidades de participar das decisões no Palácio Iguaçu como José Richa anuncia, por intermédio da criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Social, mas o velho Paraná resiste agarrado desesperadamente nos seus sagrados e inúteis princípios.

Aqui, nesta própria Casa temos exemplos disto. Ao PDS, por exemplo, na falta de argumento político, dirige as suas críticas pela vertente infame do racismo, ao pretender atacar o Governador pelas suas origens. José Calil Richa — Calil, por quê? Uma estrepolía desrespeitosa gerada pela falta de argumento ou uma infâmia racista a exemplo do que fazem os dirigentes da África do Sul com a maioria da sua população, cuja cor não lhes agrada.

Este tipo de comportamento não só tem revelado a

incapacidade e o preconceito, mas evidentemente é germe de autoritarismo que norteia as mentalidades do passado. É a confissão da importância do velho Paraná.

Sr. Presidente, Senhores Deputados, sem exagero, quer queiram ou não as cassandras do passado — democracia é uma palavra que Estado aprendeu a escrever.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço a atenção de Vossa Excelência. Apenas não concordo com uma colocação que Vossa Excelência faz, e quanto ao que Vossa Excelência falou anteriormente reconheço que é realmente a missão do Deputado PMDB dizer que tudo já mudou, que as condições de vida melhoraram para o povo, isso é da condição de Deputado do Governo. Já fui do Governo e também falei muitas vezes isso aí, embora as condições de vida do povo não tivessem melhorado no passado como não melhoraram agora.

Apenas quero dizer que não aceito a colocação que Vossa Excelência faz quando diz que o Governo José Richa devolveu a democracia ao povo do Paraná. Baseado apenas nessas eleições para Diretores de estabelecimentos de ensino, que não se ferir daqui há poucos dias e em cuja propagação consta, não sei se é verdade, teria o Governo do Estado gasto cem milhões de cruzeiros, enquanto pede ao comércio ajuda aos flagelados, pede à indústria, alimentos aos flagelados, não se vexa em gastar cem milhões de cruzeiros nos órgãos de comunicação, para fazer publicidade, uma eleição para a escolha de diretores de estabelecimentos de ensino que não é democracia, porque eles vão escolher e votar uma lista tríplice. E ao Governo cabe a faculdade de escolher um dos três. Quer dizer, se aparecer um candidato com um voto, ele poderá ser escolhido.

Eu agradeço, entretanto, a atenção de Vossa Excelência.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Encerrado o horário da Liderança do PMDB, a Presidência consulta à Liderança do Partido Democrático Social se fará uso do seu horário.

Com a palavra Sua Excelência, nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de iniciar o meu pronunciamento, concedo o tempo necessário ao ilustre e combativo Deputado Erondy Silvério para que possa, dentro de um clima de democracia, expor o seu ponto de vista.

O Sr. Erondy Silvério — Muito obrigado a Vossa Excelência.

Eu estava apartando, por gentileza do nobre Deputado Roberto Requião, e dizendo que eu não concordava com essa colocação em que o Paraná só agora começou a respirar democracia, apenas porque vão ser realizadas eleições para escolha de diretores de estabelecimentos de ensino. E como nós sabemos que haverá uma lista de três dos mais votados, e o Governo terá a faculdade de optar por um dos três, então pode acontecer que um candidato que obtenha apenas o seu voto seja o escolhido. Então, esta “capa de democracia” não deve impressionar a ninguém.

Agora o que eu estranho, e eu não sei se são verdadeiros as afirmações que eu tive, e se forem, eu vou ocupar a tribuna desta Casa para mostrar ao povo do Paraná que, enquanto o Governo vai às ruas, enquanto as Senhoras dos Secretários de Estado, a Excelentíssima esposa do Governador do Estado, num ato meritório tem procurado o comércio, tem procurado a indústria, tem procurado, enfim, o apoio do povo para minorar o sofrimento dos desempregados e das vítimas dessas enchentes, o Governo não se vexa em gastar cem milhões de cruzeiros para divulgação de uma “mídia publicitária” dessas eleições, que querem impor ao Paraná como um “espelho de democracia participativa” e que não

é nada disso. Isso não é democracia coisa nenhuma. O povo não quer saber disso; o povo quer medidas concretas do Governo.

Disse também, o nobre Deputado Roberto Requião que o povo começou a experimentar as melhoras do novo Governo em noventa dias. Eu até dou razão ao nobre Deputado, porque eu exerci esse “triste” papel de ser intérprete do Governo na tribuna, onde eu dizia que as condições de vida do povo estavam melhorando; não está. Está piorando, e também não vou dizer aqui que cabe culpa ao atual Governo do Estado.

As condições econômicas da Nação são terríveis, e isto reflete de uma forma violenta sobre o bolso de cada brasileiro, de cada assalariado, neste País. Então, não será o Sr. José Richa, nem essa fluência Deputado Roberto Requião, com palavras bonitas, com essa fluência de verbo que Deus lhe deu, com essa dicção maravilhosa, com essa cultura que ele aprendeu nos bancos escolares que vai querer enganar o povo que as condições de vida estão melhorando. Brincadeira tem hora. Eu agradeço a Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Respondendo à colocação do eminente Deputado Erondy Silvério, eu gostaria também de discordar até do sentido da “História do Paraná” que o Deputado Roberto Requião colocou no seu discurso.

Para sua Excelência, o Paraná começou há noventa dias atrás, esquecido do que foi o Paraná no passado, com os seus erros, com os equívocos, mas com a possibilidade de se instalar no Paraná uma sociedade nova contemporânea a sua época.

O Sr. Gabriel Sampaio — Inscrevo-me.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... contemporânea à sua época. Já que Sua Excelência referiu-se a Hegel para firmar um ponto de vista com o qual qualquer estudante do curso primário concorda, cito Scott Fitzgerald em seu romance “INVERNO DE NOSSA DESILUSÃO”, para se referir em velhas e arcaicas sociedades do mundo, quando o autor diz que em algumas terras há ainda esperança e sonho, porque não encontramos nela os ídolos de pés de barro.

O Paraná é um Estado que está forjando a sua História no cadinho de todas as raças e no encontro de todos os seres que rezam a Deus em todas as línguas. E esta característica do Paraná de ontem será preservada, apesar daqueles que querem se intitular, hoje, os donos exclusivos dos conceitos da História, da Democracia e da Liberdade. Entretanto, estes estão esquecidos de que o povo não quer apenas a Liberdade e a Democracia. Não quer apenas a Liberdade do espírito que é o pão da alma, mas quer também, a Liberdade para poder se alimentar.

Não é possível que a pretexto de uma democracia participativa, se mate a mais antiga das fomes da Humanidade, que é a fome da Liberdade. E não entendemos que um Governo que desrespeita a lei...

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... um Governo que não cumpre o que prometera na campanha eleitoral, um Governo que promete eleição direta para direção de estabelecimento de ensino e que depois faz a eleição direta para a escolha indireta, seja ao novidadeiro da Democracia paranaense.

Não, Srs. Deputados! Na verdade o Paraná tem memória. O Paraná tem, nos quadros de sua gente, pessoas com condições de analisar as incongruências dos pregoeiros da democracia

nos palanques eleitorais e dos homens que dirigem o Estado, censurando a imprensa, fazendo o boicote, fazendo a democracia "à la Odorico Paraguassu", na farsa lamentável que o Paraná assiste estarecido a todos os dias.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Concedo, com brevidade porque gostaria hoje, de responder, do plenário da Assembléia, as colocações feitas pela Imprensa, pelo eminente Deputado Nilso Sguarezi, a respeito das incompatibilidades legais, morais e funcionais, do ubiqüitário, Osvaldo Evangelista de Macedo. Concederei o aparte, com a brevidade possível ao Deputado Gabriel Sampaio e posteriormente ao Deputado Roberto Requião.

O Sr. Gabriel Sampaio — Agradeço a Vossa Excelência e serei bastante rápido, Sr. Deputado, uma vez que o assunto já está quase que esgotado. Eu concordo perfeitamente com o que disse o Deputado Erondy Silvério, com o que falou Vossa Excelência, também.

Gostaria de acrescentar uma coisa mais importante ainda, que foi a razão maior da convocação à esta Casa, da Senhora Secretária de Estado da Educação. Que além de toda esta farsa que se montou em cima da famosa "democracia participativa" para escolha de Diretores de estabelecimentos escolares, o fato didático em si; o fato especificamente educacional, de capacidade, Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira terá a comunidade, o pai de aluno, a zeladora, o aluno com mais de 15 anos, para escolher uma diretora de uma escola, cuja responsabilidade é a educação da nova geração.

Cuja responsabilidade é a aplicação de um sistema que não vem ao caso avaliarmos se bom, médio ou mau, de uma proposta didática. Eu acho que esta colocação inclusive, farei pessoalmente à Senhora Secretária, vai colocar o Paraná numa situação muito difícil, numa situação talvez irreversível, na sua história educacional. Ele poderá julgar — e eu quero que a Senhora Secretária assuma esta responsabilidade, perante o Paraná, em nome do Sr. Governador José Richa. Porque o Paraná vai assistir desolado o desdobramento desta eleição que é uma farsa, porque é uma lista tríplice. Além do mais, um mandato por dois anos, um mau diretor terá que ser aguentado dois anos, pelo ensino.

Portanto, nobre Deputado, eu realmente sinto-me traumatizado em ver que o idealismo talvez de alguns, puro, possa estar cerceado, na medida em que vem nesta fase que vai se apresentar ao Paraná, como os tempos novos desse Estado. Lamento profundamente, obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço Vossa Excelência e concedo o aparte ao Deputado Rubens Requião.

O Sr. Roberto Requião — Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, o filósofo que eu citei, Hegel, e não Engels, examina exatamente o processo dialético da História. O Paraná não começou há noventa dias. Convivem o velho e o novo, num processo dialético. E esta própria Assembléia é uma mostra clara deste processo.

Convivem nesta Assembléia, o discurso moderno e democrático dos Deputados do PMDB que querem ver avançar e se consolidar a Nação Brasileira e o discurso antigo dos jovens Deputados com idéias cétricas e envelhecidas, como Vossa Excelência e o Deputado Gabriel Sampaio, num mesmo processo dialético que não faz com que o Paraná não avance sobre nova inspiração e baseado num amplo movimento popular. O processo democrático evolui. E caminhamos para um novo Paraná.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Dialeticamente vou responder a Vossa Excelência e vou valer-me também de um outro filósofo, Aristóteles, que diz, com muita ciência, uma colocação a respeito do que Vossa Excelência fala.

Aristóteles diz que para a pessoa ser bom político, ele precisa, em primeiro lugar, saber o sentido das coisas que fala. E Vossa Excelência que quer imputar à Bancada do PDS, um discurso tradicional, eu responderia a Vossa Excelência com o próprio sentido da palavra tradicional. Não nos atemorizam as colocações que Vossa Excelência faz, porque se Vossa Excelência for verificar etimologicamente, o que significa a tradição, Vossa Excelência haverá de verificar, que a tradição é uma palavra que vem do verbo latino "tradere", que significa "transferir". E nós temos recebido, ao longo do processo político do Paraná, a transferência do conhecimento e da luta dos nossos antepassados, até os dias atuais, portanto, não nos assustam as conclusões primárias e precipitadas de Vossa Excelência.

Mas, venho hoje, Srs. Deputados, a esta tribuna, trazer a conformação das afirmações aqui proferidas em meu discurso do dia vinte e seis de maio passado, quando solicitei em nome da Bancada do PDS, que Vossa Excelência, Sr. Presidente, diligenciasse para que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, declare procedente a acusação de que o Governador do Estado, Sr. José Calil Richa, seu nome completo de batismo, atentou contra a ordenamento jurídico e deve ser submetido a julgamento, na forma do artigo 49 da Constituição Estadual, por um tribunal especial, composto de Deputados e de Desembargadores, alguns, aqueles que viveram na Idade Média, podem até entendê-lo, como Tribunal da Santa Inquisição e podem entender até, que o Governador José Richa, é Joana D'Arc dos tempos modernos, mas aqueles que assim pensam, não pensam como o Paraná, que quer para este Estado um Governador que fique sob o império da lei e não sob o império da demagogia.

O fundamento da nossa acusação é que o Governador do Estado, atentou contra a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Estadual nº 4.584, de 27.06.62 e a Lei Estadual nº 6.174, de novembro de 1970, ao assinar os Decretos nºs 771, pelo qual nomeou Osvaldo Evangelista de Macedo, para exercer em comissão, o cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas e o Decreto nº 777, que designou o mesmo cidadão, Osvaldo Evangelista de Macedo, para exercer a função de Assessor Político do Gabinete do Governador.

Em nosso pronunciamento a esta Casa, sustentamos a tese de que esses decretos contrariam o artigo 10, da Lei nº 4.584, que dispõe que o Procurador Geral, junto ao Tribunal de Contas, tem os mesmos impedimentos e incompatibilidades dos Conselheiros que, por sua vez, têm os impedimentos dos desembargadores.

Iniciado o processo contra o Governador, fomos surpreendidos no final de semana, com as declarações do Líder do Governo, Deputado Nilso Sguarezi, de que requereu à Comissão de Constituição e Justiça a recusa do recebimento do expediente da Liderança do PDS, sob alegação da inexistência de amparo legal, tanto na esfera jurídica federal, quanto estadual.

É lamentável que o ilustre Líder do PMDB estabeleça uma balbúrdia jurídica para tentar defender os atos do Governador do Estado, que atentam contra as Constituições Federal e Estadual e todo o nosso ordenamento jurídico.

É nítida a confusão realizada pelo Deputado Nilso Sguarezi para evitar o julgamento do Governador. E devemos acentuar que lamentamos que Sua Excelência, que tem dado

demonstrações nesta Assembléia do seu interesse e empenho no estudo aprofundado das questões aqui debatidas, neste momento esteja a esquecer-se, deliberadamente, de que o artigo 10, da Lei nº 4.584 não foi derogado expressamente nem pela Lei nº 5.615, nem pela Constituição do Estado do Paraná, e muito menos pela Lei nº 5.432, de 23 de dezembro de 1966. Quanto a esta, que o ilustre Líder do PMDB, Deputado Nilso Sguarezi, alardeou pela imprensa ter revogado a Lei nº 4.584, pois apenas modifica a redação de alguns artigos, entre os quais não se encontra o art. 10. Em assim fazendo, a Lei nº 5.432, não somente se incorpora ao texto da Lei nº 4.584, como, principalmente, reforça a vigência dos artigos não modificados. Sugerimos que o ilustre Líder do PMDB leia antes o texto legal para depois fazer suas manifestações pela imprensa.

Creio que o Líder do PMDB incorreu em esquecimento deliberado, pois, nós reconhecemos, nesta Casa, as suas manifestações de conhecimento jurídico e, portanto, não acreditamos que o Deputado Nilso Sguarezi ignore que em face do que dispõem a Lei nº 5.615 e a Constituição Estadual, a questão a ser examinada é a da vigência da Lei nº 4.584, especialmente, se os impedimentos e incompatibilidades dos cargos de Procurador Geral e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas (denominação dada pela Emenda nº 3), previstos no art. 10, permanecem em vigor, tendo em vista a omissão do texto constitucional e da lei que reorganizou o Tribunal de Contas.

Desta forma, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, o problema deve ser solucionado, quanto a seus aspectos jurídicos, à luz do que dispõem as normas de sobre-direito, e tendo em vista a interpretação sistemática das normas incidentes. É preciso considerar a Lei de Introdução ao Código Civil para saber quando uma norma está vigente ou não.

É isso que ensinam os grandes mestres, entre os quais, nós paranaenses, podemos nos orgulhar de ter o Professor Doutor Luiz Fernando Coelho, um ilustre especialista em Direito pela Universidade de Freiburg, da Alemanha Ocidental, com vários cursos de especialização na Europa e nos Estados Unidos, professor de Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito nos cursos de Pós Graduação da Universidade Federal do Paraná.

Autor de várias obras jurídicas, tais como Lógica Jurídica e Interpretação das Leis (em 2.ª edição) e Teoria da Ciência Jurídica, bem como autor de teses e artigos publicados em revistas jurídicas, Luiz Fernando Coelho ensina que é princípio basilar na Teoria Geral do Direito que uma norma jurídica, a menos que tenha sido promulgada para vigência por prazo determinado, o que não é o caso sob exame, **SOMENTE PERDE SUA VIGÊNCIA E EFICÁCIA SE HOUVER SIDO REVOGADA POR OUTRA NORMA, DE HIERARQUIA IGUAL OU SUPERIOR.**

Em longo parecer que incorporo a este meu pronunciamento e que requeiro que seja encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, o professor Luiz Fernando Coelho, baseado na doutrina, que é unânime, e apoiado na jurisprudência, assevera que alguns dispositivos da Lei nº 4.584 foram modificados pela Lei Orgânica do Tribunal de Contas, mas não houve ab-rogação, isto é, revogação total; e se não houve ab-rogação, entende-se que os dispositivos não modificados permanecem em vigor, pois a lei nova que estabelece dispositivos gerais ou especiais

a par dos já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Em outras palavras, o art. 10, da Lei nº 4.584 não foi derogado pela Lei nº 5.615, nem pela Constituição, quer, expressa e nem tacitamente, permanecendo por conseguinte em vigência os impedimentos para que o cidadão nomeado pelo Governador José Richa seja Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas e Assessor Político do Governador.

À pergunta se existe incompatibilidade entre o cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas e a função não remunerada de Assessor Político junto ao Gabinete do Governador, a resposta é que o art. 10, da Lei nº 4.584, que se acha em pleno vigor, eis que não foi revogado expressamente e não colide com nenhuma norma superveniente, estabelece que o Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas **TERÁ OS MESMOS IMPEDIMENTOS E INCOMPATIBILIDADES DOS JUÍZES DO TRIBUNAL DE CONTAS, OU SEJA, DOS CONSELHEIROS.**

E quais são esses impedimentos?

O parágrafo 3º do art. 41 da Constituição do Estado do Paraná dispõe que **OS CONSELHEIROS TERÃO OS IMPEDIMENTOS DOS DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.**

Quais são os impedimentos dos desembargadores?

A Constituição do Estado, no Capítulo reservado ao Poder Judiciário, refere-se aos impedimentos da magistratura em geral, em seu artigo 89:

“É vedado ao juiz, sob pena de perda do cargo judiciário:

IX — exercer, ainda que em disponibilidade, **QUALQUER OUTRA FUNÇÃO**, salvo um cargo de magistério superior, público ou particular e nos casos previstos nesta ou na Constituição Federal.”

É evidente que, se ao desembargador, é vedado exercer qualquer outra função, ainda que de caráter privado, não remunerado, tais impedimentos se aplicam aos Conselheiros do Tribunal de Contas e em função do art. 10, da Lei nº 4.584, em vigência e não derogada, ao Procurador Geral junto àquele Tribunal.

Embora o Tribunal de Contas não seja um órgão judiciário ou judicante, a Constituição dá-lhe igual tratamento, pois, se exige dos integrantes da Corte de Contas a mesma neutralidade e isenção para julgamento dos casos de sua competência — as finanças públicas, que se exige dos integrantes da Magistratura. Daí que não se pode admitir que uma pessoa seja nomeada para um cargo e designada para uma função quando aquele cargo é incompatível com qualquer outra função, ainda que em disponibilidade, diz a Constituição, ou seja, sem remuneração.

Portanto, os dois decretos que nomeiam e designam a mesma pessoa para os dois cargos ou função, um de caráter eminentemente político — assessor para assuntos políticos do Governador — caracterizam desrespeito clamoroso à lei e à Constituição.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa a Vossa

Excelência que está encerrado o horário destinado à Liderança do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Consulto Vossa Excelência se me concede um minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Não se trata de julgar a pessoa que foi nomeada e designada, mas de apreciar à luz da Constituição, o desrespeito à lei quem o nomeou e o designou.

Assim sendo, os dois cargos incompatíveis — a nomeação e a designação — caracterizam infringência de dispositivos legais e constitucionais.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. O Governador José

Calil Richa deixou de cumprir as leis devendo ser submetido a julgamento por Tribunal Especial, na forma do art. 49, da Constituição Estadual. É o que compete fazer a esta Assembléia Legislativa.

Encaminho ao Deputado Djalma César, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o parecer do Doutor em Direito, Luiz Fernando Coelho, para as providências e análise que julgo serenas, legais e constitucionais, da Comissão de Constituição e Justiça, da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 104/82, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE JANDAIA DO SUL”, com sede e foro no referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 104/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE JANDAIA DO SUL”, com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Juventino Beraldi, ocorrido no Município de Mandaguáçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, apelando no sentido de que a Comissão de Financiamento à Produção - CFP, através de sua Agência no Paraná, permita às cooperativas a recompra do milho entregue ao Governo sob forma de AGF, como fórmula de evitar o colapso na produção de rações. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Agricultura e Secretário da Agricultura, visando a elaboração de um programa de divulgação no exterior, na qualidade e da quantidade do rebanho brasileiro de suínos, fazendo com que sejam dinamizados os contatos entre os importadores e os produtores, buscando a reconquista do mercado consumidor do exterior. — **Aprovado.** — Ao Departameton Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caito Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que o DER, se responsabilize da conservação do trecho de estrada que liga os Municípios de Planalto e Marciánópolis, passando por Pinhal de São Bento e Sede União. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de

expediente ao Sr. Secretário das Finanças, visando a participação financeira da COPEL, nos custos atribuídos às Prefeituras relativos à implantação de iluminação pública. — **Aprovado.**

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, no sentido de que a FUNDEPAR, atualize os valores conveniados destinados à construção de escolas nas localidades de Fortaleza, Lavras, Conceição e Faxinal dos Empossados, no Município de Tibagi. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caito Quintana, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de realizar as obras de pavimentação asfáltica no trecho da rodovia que liga Santo Antônio do Sudoeste à Barracão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Emílio Uba, ocorrido ontem nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando um voto de solidariedade aos funcionários públicos federais do Estado do Paraná, que hoje paralisaram seus serviços a fim de alcançarem êxito em suas justas reivindicações. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a construção de um prédio para sediar a coordenadoria regional do MOBRA L, no Município de Peabiru. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a aquisição de um ônibus, para transporte de escolares do Município de Iretama. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário de Cultura e Esporte, visando a construção de um Ginásio de Esportes, na sede do Município de Janiópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando seja oficiado expedinete ao Sr. Secretário do Planejamento, encarecendo liberação de um Auxílio Financeiro, visando a construção de um Matadouro no Município de Salto do Itararé. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, para que a mesma determine à FUNDEPAR, no sentido da construção de salas de aulas em estabelecimentos de ensino de diversas localidades do Município de Salto do Itararé. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a agilização na implantação de acampamento rodoviário pelo 2.º Distrito Rodoviário, sediado em Pirarí do Sul, com área de terreno disponível doado pelo Município de Tibagi, através da Lei nº 978/83. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo seja incluído na programação de Terminais Rodoviários, o Município de Salto do Itararé. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarez,

constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, para que o mesmo determine ao departamento competente, visando recursos para a construção na Escola de Vinhedos, bairro de Santa Felicidade, de uma cancha de esportes nas modalidades de Futebol de Areia, Volei e Futebol de Salão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Cultura e Esporte, encarecendo verba para o desenvolvimento dos esportes e reforma da cancha de esportes do Município de Vera Cruz do Oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, visando a instalação de classe especial para deficientes na Escola João Cordeiro, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança, visando a instalação de um módulo policial perto da Escola Benedito João Cordeiro, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo estudos para instalação de ensino de primeiro grau, primeira à quarta séries, inclusive, jardim de infância e pré-primário na Escola Benedito João Cordeiro, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a tramitação da Proposição n.º 66/83, que assegura a partir de 01.07.83, dos benefícios estabelecidos na Resolução n.º 2/64, aos funcionários deste Poder. — **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) — Consulto a Vossa Excelência sobre quem assinou esse pedido de regime de urgência?

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — O Deputado Nestor Baptista.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, sou favorável.

Só para justificar, porque há poucos dias um Deputado requereu regime de urgência e se comentou que teria tramitação legal nesta Casa e não havia necessidade. Mas, votamos favorável.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — **Aprovado** o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 09, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 51/83 e dos Projetos de Lei n.ºs 07 e 16/83.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 66/83.

Marcando ainda uma sessão ordinária, para sexta-feira, dia 10, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 17 e 20/83.

Levanta-se a sessão.

Ata das Comissões:

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de maio de um mil novecentos e oitenta e três, às dezessete horas e vinte minutos, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Odeni Mongruel, os Senhores Deputados Nelson Vasconcellos, Edgard Pimentel e Gabriel Manoel, membros efetivos da Comissão de Recursos Humanos. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada mais constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, tendo sido relatado pelo Senhor Presidente, por ter avocado para si, os seguintes Projetos de Lei: PROJETO DE LEI N.º 40/83, de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, que dá nova redação ao parágrafo 2.º do artigo 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970. Parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 14/83, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 40/83, que dá nova redação ao artigo 2.º, da Lei n.º 7.700, de 05 de janeiro de 1983 (gratificação que trata o parágrafo 1.º do artigo 2.º, da Lei n.º 7.434/80, será para o policial militar inativo até 31.12.80, e dá outras providências). Parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 79/82, de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro, que dispensa o Presidente, o Secretário e o Tesoureiro da Associação dos Professores do Paraná, das atividades normais de seus cargos públicos conforme específica. Parecer favorável, aprovado. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, tendo sido lavrada a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Boanerges de Menezes Caldas, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 1983.

(aa) ODENI MONGRUEL — Presidente
Boanerges de Menezes Caldas — Secretário